INTRODUÇAO

Ao decorrer do tempo abordaremos acerca do estado liberal e o estado intervencionista. Assim, a partir de meados do século passado, as regras de mercado tornaram-se incapazes de assegurar o equilíbrio nos diversos mercados, vindo a verificar-se algumas situações de desarticulação entre a oferta e a procura, com excesso de produção de certos bens (mais lucrativos) em detrimento de outros, nomeadamente bens de primeira necessidade ou de satisfação coletiva, cujo baixo preço de venda - para assegurar o seu consumo por todos - não oferecia perspectivas de rendibilidade, levando o investidor a desinteressar-se da sua produção.

Estado Intervencionismo

Já em política internacional, **intervencionismo** refere-se à ingerência do governo de uma nação nos negócios internos ou particulares de outros países. Em termos da política interna de um país, refere-se à interferência do poder central sobre outras esferas de poder. O termo **intervenção** (do latim imperial ***interventìo, ónis, interventum, interveníre***: "estar entre, entremeter-se, meter-se de permeio") geralmente tem um sentido negativo de intromissão. De fato, o Estado moderno sempre interveio em todos os âmbitos da vida pública e privada, dado que toda atividade reguladora mediante normas jurídicas que ordenam a vida social já é uma intervenção. Entretanto, o termo "intervencionismo" é usado com referência aos casos em que a intervenção do Estado é considerada excessiva ou inaceitável.

O intervencionismo é um sistema político e económico caracterizado pela produçãodesenvolvida pela iniciativa privada mas regulada pelo Estad o através demecanismos interventivos. Distinguese do socialismo, em que a produção sedesenvolve por iniciativa do governo. O papel do Estado no int ervencionismoexercese até onde houver interesse da sociedade. O Estado d everá então assumiraquilo que a iniciativa privada não assumir. O Estado in tervencionista procura oequilíbrio entre os direitos sociais e os direitos indi viduais, coordenando asatividades essenciais de manutenção da sociedade e promovendo a justiça social,sem ser necessariamente socialista.

Os mercados não são capazes de se autoequilibrar, pelo que não se d eve adotar uma política de "laissez faire", pelo que osgovernos deverão ter um papel permanente nas economias, através, por exemplo,da adoção de po líticas económicas estimulantes e seguras para o investimento,para o aumen to do consumo, de forma a promover o emprego.

O intervencionismo,na senda de John Maynard Keynes ganhou forte alento com a Grande Depressão ea aplicação do *New Deal*, por F. D. Roose velt, nos EUA, para superar os trágicosefeitos da Grande Depressão na eco nomia americana. Não será o intervencionismosoviético, em que o governo tudo comanda, regula e detém, mas acima de tudo aprocura da melhor com binação entre a iniciativa privada e a ação do governo, sem"desenvolviment os estatistas", por um lado, ou liberalizações de mercado totais,como a que redundou precisamente na Grande Depressão, onde faltou Estado esobejou iniciativa privada desregulada.

<u>Tipos De Intervencionismo</u>

Em **política internacional**, denomina-se intervencionismo ao conjunto de atos mediante os quais um Estado procura influir sobre as decisões de outro de forma não legítima, com ou sem o uso da força. Historicamente, essas práticas foram frequentes, com finalidades políticas e econômicas. Foram adotadas, por exemplo, durante o segundo pós-guerra, na chamada Guerra Fria, no sentido de manter um certo equilíbrio geopolítico entre os blocos de poder hegemônicos - a OTAN (constituída pelos países capitalistas do Ocidente, capitaneados pelos Estados Unidos) e o Pacto de Varsóvia (integrado pelos países comunistas da União e seus aliados). Na América Latina, os Estados Unidos mantinham, no Canal do Panamá, sob sua jurisdição, a famosa Escola das Américas, destinada a treinar militares e apoiar regimes ditatoriais pró-americanos, o que pode ser configurado como uma prática intervencionista.

Com referência à política interna de um Estado, entende-se como intervencionistas as ações do poder central destinadas a reduzir a autonomia política de outras esferas da administração territorial. No Brasil, é legalmente prevista, em situações especiais, a intervenção política da União (o Governo Federal) sobre os estados-membros, ou de governos de estados nos respectivos municípios.

Em economia, segundo os liberais, o intervencionismo se caracteriza pelas ações do Estado que condicionam a atividade econômica do país mediante a regulação do mercado, com a fixação de preços e salários, controle do mercado de câmbio ou estatização de determinados setores (financeiro, indústria pesada), dando ao Estado uma ampla capacidade como produtor de bens e serviços.

A avaliação do intervencionismo econômico varia segundo as diversas correntes de pensamento. Assim, enquanto alguns consideram que o papel do Estado nas economias capitalistas deve ser o menor possível porque o setor público tenderia a favorecer as indústrias e serviços que controla, artificializando as condições do mercado, outros consideram que, em determinadas circunstâncias, é precisamente o Estado que deve intervir ou atuar diretamente em certas atividades econômicas que, em mãos de particulares, condicionariam de forma exagerada a economia de um país e deixariam desamparados os direitos da maioria. Em geral, o

intervencionismo é uma característica de governos de inspiração social-democrata e progressistas, segundo os quais algumas tendências do mercado são negativas e devem ser mitigadas ou controladas.

Todavia políticas intervencionistas também podem ser adotadas por governos conservadores, quando práticas do livre ameaçam as tradições nacionais, a ordem social ou a própria autoridade do Estado. A disposição para a intervenção estatal na economia também pode surgir repentinamente, em um momento de crise econômica, especialmente quando grandes empresas, ameaçadas de falência, colocam em risco a economia do país como um todo (*too big to fail*). Um exemplo é o acordo firmado em 1997 pelos governos da Alemanha, Espanha, França e Reino Unido para ajuda governamental às respectivas indústrias carboníferas, em crise.

Mais recentemente, em 2008-2009, a crise da indústria automobilística dos Estados Unidos também suscitou a intervenção do governo central para socorrer as empresas em dificuldades.[2] No caso das economias, não se pode falar em intervencionismo estatal, mas em controlo total ou de grande parte da economia de um país, pelo Estado.

As raízes do estado intervencionista moderno

Desde o fim do padrão-ouro, que foi abandonado com o início da Primeira Guerra Mundial, a posição intervencionista teve a mão superior na política econômica. A tese que a economia e a sociedade precisem de correção tem sido a crença dominante durante o século passado até aos nossos tempos.

Por sua própria natureza, o estado moderno de bem-estar e de guerra é um estado intervencionista. Como não consegue seu objetivo, e cada intervenção requer uma nova intervenção, este tipo de estado é expansionista e autodestrutivo no mesmo tempo.

Economia de guerra

O início da Primeira Guerra Mundial marcou o início da economia de guerra. Os governos começaram a intervir cada vez mais na economia e, antes que o comunismo soviético fosse lançado em 1917, os países beligerantes já tinham instalado sistemas de comunismo de guerra. De fato, para os revolucionários russos, a economia de guerra representou o ideal de uma economia planificada e um exemplo que deveria ser seguido também em tempos de paz.

O caos intervencionista na economia global continuou depois da Primeira Guerra Mundial ter terminado. O comunismo não gerou bem-estar geral como prometido, mas a coletivização na União Soviética provocou pobreza e fome em massa em dimensões de genocídio. Depois as destruições da guerra, a Alemanha foram devastadas mais uma vez pela hiperinflação e as reparações.

O grande império austro-húngaro tornou-se uma colcha de retalhos de países. Já nos anos 1920, a economia do Reino Unido se encontrou em estagnação antes mesmo de ter sido atingida pela Grande Depressão dos anos 30. Em muitos países as relações políticas domésticas foram marcadas pela desconfiança entre as classes sociais e guerras civis. Agressões profundas dominavam as relações internacionais.

Dos combatentes, somente os Estados Unidos haviam atingido o seu objetivo de guerra. Com os rivais europeus desintegrados, os Estados Unidos tinham o caminho aberto para se tornar a grande superpotência do século 20 e além.

O surgimento da classe burocrática e militar

Já antes da Primeira Guerra Mundial as ideias intervencionistas começavam a florescer na classe intelectual. O imenso progresso econômico que chegou com a revolução industrial inspirou a fantasia dos intelectuais e incendeu os desejos das massas de criar um estado de bem-estar que não era de vir da economia de mercado e da laboriosidade e criatividade dos empresários e dos trabalhadores, mas do estado com seus

políticos e burocratas. Muitos intelectuais escolheram o lado do estado porque foi o estado quem lhes ofereceu emprego.

O estado moderno intervencionista se tornou operacional baseado na burocracia e na educação pública. Com a expansão da atividade estatal veio a criação de posições poderosas para os burocratas legalmente treinados como funcionários públicos. Com o estado moderno surgiu a existência da burocracia ao lado da antiga classe militar.

As raízes fascistas do estado moderno

Os pronunciamentos iniciais do fascismo refletem a sua ligação com o socialismo revolucionário e a sua pretensão de proporcionar bem-estar através de uma nova organização da sociedade e da economia. Controlar a economia, colocando-a sob a autoridade do estado enquanto no mesmo deixando a propriedade privada formalmente intacta é a característica específica do capitalismo de estado fascista.

O Manifesto Fascista, proclamado em 1919 por Alceste De Abris e Filippo Tommaso Marienetti, exigia o sufrágio universal e a representação proporcional do eleitorado. Os autores chamaram para o estabelecimento de um sistema corporativista de "conselhos nacionais" formadas por especialistas que deveriam ser eleitos a partir das suas organizações profissionais.

O Manifesto pedia uma jornada de oito horas de trabalho e um salário mínimo. Exigia também a representação dos trabalhadores na gestão industrial e a igualdade dos representantes dos sindicatos industriais com executivos empresariais e funcionários públicos. Os autores do Manifesto Fascista exigiam uma tributação progressiva, seguro de invalidez e aposentadoria antecipada.

Estado Liberal

O Estado Liberal – também definido como uma espécie de terceiro desdobramento do Estado Moderno – tem três fases históricas mais ou menos determinadas.

A primeira fase remonta à Revolução Gloriosa de 1688, na Inglaterra. Neste primeiro momento, o que se reivindicava mais especialmente eram os direitos individuais. Logo em seguida, com a chegada da Primeira Revolução Industrial, em 1750, o próprio capitalismo conhece um salto – agora em direção à fase industrial. Este desenvolvimento industrial – em sua fase embrionária, limitada à indústria têxtil inglesa - também propiciou ou estimulou tanto a Revolução Americana, de 1776, quanto a famosa Revolução Francesa de 1789 – esta mais burguesa do que a americana.

A segunda fase se inicia com a Segunda Revolução Industrial, a partir de 1850. Como se sabe, este é o grande salto tecnológico, político e econômico no interior do próprio capitalismo. A partir de então, o capitalismo industrial não conhecerá mais limites jurídicos, geográficos, políticos ou morais. Esta fase perdurou até as primeiras décadas do século XX ou meados do século, por volta dos anos 50-60, quando entra em cena o Estado do Bem-Estar Social – limitado à experiência europeia. Já a terceira fase, a mais recente do Estado Liberal é esta em que nos encontramos e que resultou da mistura do neoliberalismo com a globalização.

Hoje, em oposição aos modelos anteriores, os Estados nacionais procuram desmantelar a rede de direitos que foi construída ao longo do século XX. Da mesma forma, a soberania construída a duras penas com a formação de uma referência nacional (também diz-se identidade nacional) entra em colapso.

Nas fases iniciais, o Estado Liberal tinha como marca a proposta da liberdade, num sentido bem preciso da liberdade, pois a luta pelas liberdades individuais não passava da defesa das liberdades individuais na vigência das ordens econômicas. Isto é, a chamada liberdade negativa (só fazer o que a lei não proíbe) punia veementemente a crítica à estrutura social que nascia com a ordem capitalista.

As fases iniciais do Estado Liberal correspondiam ao implemento econômico do capitalismo e os direitos individuais não passavam de incremento desse processo de crescimento econômico. É como se dissesse que não havia liberdade fora da área econômica, por exemplo, não havia liberdade para questionar a propriedade privada.

Nas fases iniciais, o Estado Liberal tinha como marca a proposta da liberdade, num sentido bem preciso da liberdade, pois a luta pelas liberdades individuais não passava da defesa das liberdades individuais na vigência das ordens econômicas. Isto é, a chamada liberdade negativa (só fazer o que a lei não proíbe) punia veementemente a crítica à estrutura social que nascia com a ordem capitalista.

As fases iniciais do Estado Liberal correspondiam ao implemento econômico do capitalismo e os direitos individuais não passavam de incremento desse processo de crescimento econômico. É como se dissesse que não havia liberdade fora da área econômica, por exemplo, não havia liberdade para questionar a propriedade privada.

Principais Características Do Estado Liberal

Apresente as principais características do Estado Liberal.

"Por liberal, designa-se uma ordem política sob a qual todos os indivíduos são livres e independentes, não submetidos ao poder de nenhuma outra pessoa, mas todos igualmente submetidos à lei; e por Estado mínimo designa-se a organização política que interviria apenas naquilo que fosse estritamente necessário para garantir a liberdade e igualdade dos cidadãos, ficando todas as demais dimensões da vida social a cabo da regulação do mercado. Essas definições de Estado liberal e Estado mínimo iriam ser recorrentemente invocadas no debate político ao longo do século XX". (COELHO,2012. p.75)

Fazendo uma análise dessa explicação podemos identificar as seguintes características básicas do Estado Liberal:
* Não intervenção do Estado na economia: no Estado Liberal, cabia ao poder público a manutenção da Lei e da ordem para que os indivíduos pudessem se dedicar aos seus interesses privados e suas atividades no mercado.
* Vigência do princípio da igualdade formal: a participação dos cidadãos nas decisões públicas passa a ser garantida através de representantes eleitos (democracia representativa), exigindo assim do governo a prestação de contas perante a assembléia de representantes.
* Supremacia da Constituição como norma limitadora do poder governamental e garantia de direitos individuais fundamentais, ou seja, principio da igualdade: o poder exercido pela realeza passa a ser limitado por uma constituição e compartilhado por todos, cabendo ao Estado distribuir a justiça, dirimindo os conflitos entre as partes, julgando os crimes e impondo as penas

2) Apresente as principais características do Estado Socialista.

Orientados mais pelo princípio da igualdade social do que pelo da liberdade individual, os estados socialistas conseguiram efetivamente produzir sociedades bem mais igualitárias, do ponto de vista do acesso dos seus cidadãos a bens e serviços, do que os estados nas sociedades...

No sentido jurídico, o Estado Liberal tem suas bases no chamado 2º Bill of Rights (1689), uma declaração de direitos individuais impostos pelo Parlamento à Coroa, na Inglaterra. Na verdade, o processo histórico que constituiu o Estado Liberal tem início em 1215 (este seria o primeiro Bill of Rights), com a Carta de Direitos e as cobranças dirigidas ao Rei João Sem Terra.

O que se requeria, já em 1215, era a prevalência do Princípio da Liberdade Individual fim de que, por exemplo, os cidadãos ingleses protestantes tivessem o direito de portar armas, para defender a si e as garantias constitucionais. Desse modo, vê-se que a Monarquia Constitucional seria limitada pelo Parlamento (a burguesia chegava ao Estado), e esta relação política configuraria a soberania popular nos moldes burgueses. Neste momento, são três as Declarações de Direitos (1679 – 1689 – 1701) que assinalam as vitórias burguesas no Parlamento.

Conclusão

O nazismo e o comunismo desaparecerem pela sua própria natureza autodestrutiva. O estado intervencionista de hoje ópera de maneira mais sutil, mas o estado intervencionista moderno nunca perdeu sua marca de nascença obtida na Primeira Guerra Mundial, com as características essenciais adquiridas no período da instalação do comunismo e do fascismo.

Em sua versão moderna o estado não é muito menos totalitário do que era em suas raízes históricas. Em vez de vir de um único partido, o totalitarismo moderno se expressa intelectualmente em sua universalidade reclamada pelo politicamente correto e economicamente pelo sua onipresença.